



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex. ^{mo} Sr. Gil Costa

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 15 minutos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Chapas de Zinco auscultou os Srs. Rami Ali Zayat e Leovigildo Mascarenhas, Sócios da Firma Bengui Lda., em relação ao processo de venda das 40 274 chapas de zinco do projecto financiado pelo Governo Japonês em 2008.

Usaram da palavra, além destes, os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD) e Gil Costa (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre Guadalupe
Levy Nazaré
Paulo Jorge
José António

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Pinto
António Ramos
José Viegas
Dionísio Fernandes Leopoldino

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Costa

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa auscultação de hoje.

Bom dia Sr. Rami. Fomos informados de que veio acompanhado e se se tornar necessário mandamos chamar também o seu acompanhante.

Rami é o nome pelo qual eu o conheço, não sei se tem um outro. Estamos cá para lhe dar as boas-vindas na Assembleia Nacional e nesta Comissão de Inquérito. Estamos a fazer chegar a si um assunto que foi colocado em Agosto ou Setembro do ano passado, pelo Líder Parlamentar do PCD, relacionado com as chapas de zinco.

Fazendo uso das suas obrigações enquanto Deputado, colocou o assunto à Assembleia, tinha algumas dúvidas e isso evoluiu, com a colaboração de alguns Deputados, para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aqui no nosso país, que também é seu, estive a ver uns papéis, e vi que o senhor já tem a nacionalidade são-tomense, temos uma lei que se chama Lei do Regime dos Inquéritos Parlamentares, Lei n.º 2/2007, e essa Lei tem como objectivo matéria de interesse relevante para a vida política, económica e social do País. E qual é a função dos inquéritos? Os inquéritos parlamentares têm por função vigiar o cumprimento da Constituição e das leis, bem como apreciação dos actos do Governo e da Administração. Com este inquérito estamos a procurar fazer a apreciação deste acto concreto da venda das chapas de zinco. É Por isso que quando se constituiu a Comissão a Assembleia fixou três objectivos:

1. Analisar profundamente o processo de venda das 40 274 chapas de zinco do projecto financiado pelo Governo Japonês.

2. Averiguar a legalidade dos actos à luz das normas em vigor.

3. Propor medidas correctivas que permitam a reposição da legalidade e a responsabilização dos eventuais infractores, ou seja, queremos saber se de facto houve ou não infracção no processo de venda. Soubemos depois que a sua empresa acabou por ficar com as chapas, por isso vamos ouvi-lo para que nos possa dizer o que sabe sobre esse processo, de forma a ajudar-nos também a esclarecer a Assembleia, através do relatório final que vamos fazer.

Entretanto, a Lei que nos orienta nesta matéria diz o seguinte, em algumas partes, não vou ler tudo para não o maçar, vou ler alguns artigos apenas. No artigo 15.º temos:

«1. As Comissões Parlamentares de Inquérito gozam de todos os poderes de investigação das autoridades judiciais.»

Isso é para perceber o carácter sério e rigoroso do processo.

«2. As Comissões têm direito à coadjuvação dos órgãos de investigação criminal e de autoridades administrativas nos mesmos termos que os Tribunais Judiciais.

3. As Comissões Parlamentares de Inquérito, por proposta dos seus membros, podem requerer ao Governo, às autoridades Judiciárias, aos órgãos da Administração ou às entidades privadas, as informações e documentos que julguem úteis à realização do inquérito.»

Portanto, convocamos a sua empresa para nos ajudar a clarificar o processo com o que o senhor sabe.

No artigo 19.º, talvez não seja necessário ler, mas vamos ler já que o senhor está cá:

«1. A falta de comparência perante a comissão parlamentar de inquérito ou a recusa de depoimento só se terão por justificadas, nos termos gerais da Lei Processual Penal.» Quer dizer que subsidiariamente nós também trabalhamos nessa matéria do inquérito com a Lei Processual Penal.

«2. A obrigação de comparecer perante a Comissão tem precedência sobre qualquer acto ou diligência oficial.» Quer dizer que quando se é convocado, tem-se que vir, a não ser que haja uma justificação muito forte.

Temos também algumas sanções, no artigo 21.º, que diz:

«1. Fora dos casos previstos no artigo 19.º, a falta de comparência, a recusa de depoimento ou não cumprimento das ordens legítimas de uma comissão parlamentar de inquérito, no exercício das suas funções, constitui crime de desobediência qualificada para os efeitos previstos no Código Penal.»

Portanto, são apenas alguns aspectos para que o Sr. Rami saiba que está perante uma Comissão de Inquérito e que deve nos ajudar a esclarecer, na base daquilo que o senhor tem conhecimento, e apenas na base dos conhecimentos que tem, não inventando situações, porque isso não nos ajudaria a clarificar.

Cumprida a primeira parte, passamos à segunda.

O seu nome completo?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui** (Rami Ali Zayat): — Rami Ali Zayat.

O Sr. **Presidente**: — Profissão?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Comerciante.

O Sr. **Presidente**: — Onde fica a sua sede?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Em Vila Maria.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Rami sabe porque é que está cá?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Sim, sei.

O Sr. **Presidente**: — Então se o senhor sabe, pedimos-lhe que faça um historial daquilo que sabe relativamente a esse processo de venda das 40 274 chapas de zinco, quando é que tomou conhecimento, como é que tomou, qual foi a sua participação, enfim, todos os passos que deu até à fase final.

Tem a palavra, se faz favor.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Sr. Presidente, não me recordo exactamente se foi no fim do ano 2010, mas ouvimos que nas Alfândegas chamaram quase todos os comerciantes para participarem num leilão de alguns produtos, tais como carros, chapas de zinco e muitas outras coisas. Eu, nessa altura, não estive cá em São Tomé. O nosso sócio, o Sr. Mascarenhas, foi para lá participar nisso, mas o nosso interesse era pelas chapas de zinco, porque a nossa empresa vende chapas de zinco há 12 anos. Não houve nenhuma concorrência, porque na altura as Alfândegas meteram um preço que ninguém conseguiu suportar e nenhum dos comerciantes concorreu. Então ficámos com outros materiais.

Passado algum tempo, depois de 4 ou 5 meses, o Sr. Mascarenhas procurou-me e me disse que podíamos avançar com uma proposta para o Ministério do Comércio sobre a compra das chapas. Então, reuni-me com o Sr. Mascarenhas, fizemos as nossas contas, por ser uma grande quantia. Nunca tínhamos importado essa quantidade. Importamos sim, um ou dois contentores de cada vez, nunca 22 contentores. Então, era um grande capital que estava envolvido e tínhamos que fazer bem as contas e precisávamos de arranjar financiamento para essa compra junto a um banco.

Fizemos as contas e decidiram que devíamos avançar com uma proposta e submetemos a nossa proposta à Direcção do Comércio. Era o valor de 135 000, dobradas cada chapa. Depois de algum tempo, a Direcção informou-nos que podíamos aumentar a nossa proposta para 140 000 dobradas. Analisei esse assunto com o Sr. Mascarenhas e decidimos que temos muitas despesas e não podíamos avançar mais. Voltamos a enviar uma carta para o Ministério a dizer que a nossa proposta ficaria assim, tendo em conta as despesas, não podíamos aumentar.

Depois disso, o Ministério enviou-nos uma carta, dizendo que foi aceite e que teríamos que pagar de uma só vez. Concordámos e depois de 1 ou 2 semanas enviaram o número da conta bancária para onde devíamos depositar o dinheiro e depois levar o recibo para o Ministério.

Fomos ao banco e fizemos os expedientes e como era um valor de Dbs. 5 400 000 000 000 00 (cinco mil milhões e quatrocentos milhões de dobradas, eu tinha que ir ao banco para apresentar uma garantia e então falaram que eu teria que avançar com os meus bens, para conseguir esse dinheiro. Aceitei e o banco deu-me um cheque visado no valor de Dbs. 3 mil milhões e uma garantia bancária de Dbs. 2 400 000 000 000 00 (dois mil milhões e quatrocentos milhões dobradas). Depois de recebermos, como não podíamos tirar todo o dinheiro

de uma só vez, depositámos o dinheiro no Banco Central. Depois fomos levantar a mercadoria e houve um pequeno problema nas Alfândegas. Disseram-nos que devíamos também pagar uma taxa mínima de 44 milhões de dobras, que não estavam no acordo. Nós comprámos e transportámos a mercadoria. Quer dizer que só pagámos as despesas com o carregamento de camiões e trabalhadores. Aceitaram. Fizemos assim para evitar atrasos e já que pagámos e os juros no banco estavam a contar, decidimos também avançar o pagamento de 44 milhões de dobras e começámos a tirar os zínco.

Nessa altura eu não estava no País, mas o Sr. Mascarenhas ficou e fez todas as diligências para tirar as chapas das Alfândegas.

Foi assim mais ou menos que aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Rami, gostaria de desejar-lhe boas-vindas. A primeira proposta da firma foi dirigida à Directora das Alfândegas ou ao Director do Comércio?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Acho que foi para o Comércio.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não tem a certeza?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Não tenho 100% de certeza, mas acho que foi o Comércio, porque eles responderam.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Podíamos chamar o Sr. Mascarenhas que poderá ter mais informações, para ajudar.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia Sr. Mascarenhas, seja bem-vindo.

Vou fazer brevemente o ponto da situação. Chamámos o Sr. Rami, foi-nos informado que estavam os dois lá fora, mas de acordo com a solicitação que fizemos dos serviços competentes do Estado, se existe empresa com esse nome, quem é o Gerente, etc., etc., foi dado a conhecer que era o Sr. Rami que representa o Sócio-gerente, de acordo com a nota que vem dos Serviços de Registos e Notariado. Tendo em conta a natureza do inquérito que estamos a desenvolver, que se prende com a questão das chapas de zinco, devíamos ouvir o representante do sócio-gerente, mas é aqui que ele nos disse que também precisa de sua presença. Portanto, não havia nenhum processo de intenção em deixá-lo lá fora, mas sim, ouvi-lo. Tinha que ser ele a dizer-nos que precisa da sua presença.

Como eu lhe disse, quem conduziu a questão na sua maior parte foi o senhor. Por isso, chamamos-lhe primeiro e só depois o senhor, porque se ele nos dissesse que não era preciso a sua presença, não o teríamos chamado.

Portanto, o Sr. Rami fez-nos um relato e o que estamos a tentar esclarecer é a questão da venda das chapas de zinco.

A questão foi levantada na Assembleia, em Agosto do ano passado, e a Assembleia tomou a decisão, a pedido de um grupo de Deputados, pela constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para saber de facto se essa venda obedeceu a todos os trâmites legais, de acordo com as nossas normas.

O Sr. Rami fez-nos um relato que eu rapidamente sintetizarei e caso a minha síntese não esteja correcta peço ao Sr. Rami que me corrija.

Basicamente, o Sr. Rami disse que tomaram conhecimento de que havia um leilão e a vossa empresa participou nele. No entanto, não houve arrematação, tendo em conta que o preço de licitação era extremamente alto e não estava compaginado com o preço do mercado, na altura. Então, ninguém arrematou e vocês também não arremataram as chapas.

Posteriormente, em contacto com a Direcção das Alfândegas, foi-vos dito que era possível apresentar uma proposta e vocês fizeram essa proposta, não à Direcção das Alfândegas, mas à Direcção do Comércio.

Portanto, nessa proposta à Direcção do Comércio apresentaram um preço e depois de algum tempo receberam a notificação de que a vossa proposta foi aceite. Portanto, depois de troca de alguma correspondência entre propor A e propor B, posteriormente, uma última proposta vossa foi aceite pela Direcção do Comércio e essa Direcção vos comunicou posteriormente sobre o que deveriam fazer, nomeadamente a conta onde deveriam depositar o valor e o montante e ele disse que quando se prepararam as coisas, o montante era elevado, tiveram que fazer recurso à garantia bancária, ao crédito, e porque o valor era elevado o banco desdobrou o crédito sob duas formas: uma forma, em cheque visado com o valor de 3 mil milhões e tal de dobras e outra com uma garantia bancária na ordem de 2 mil milhões e tal.

Feito esse processo, deveriam encaminhar para o levantamento das mercadorias, quando tiveram um segundo problema, que deveriam pagar à ENAPORT mais 44 milhões de dobras.

Foi aqui que parámos. Daí que gostaríamos de saber se há mais detalhes que poderia passar-nos como informação.

O Sr. **Director-geral da Bengui** (Leovigildo Mascarenhas): — Bom dia Sr. Presidente e Srs. Deputados.
O Sr. Presidente já disse quase tudo.

O Sr. **Presidente**: — Então é esse quase que falta.

Vou colocar-lhe a seguinte questão: não tendo havido a segunda praça, foi a Directora que vos orientou a apresentar uma proposta à Direcção do Comércio ou foi vossa iniciativa?

O Sr. **Presidente**: — Não foi a Directora. Foi a Direcção do Comércio que nos disse que podíamos apresentar a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Mas como é que foram lá chegar?
A Direcção do Comércio convidou-vos ou vocês foram ao encontro deles?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Nós ouvimos e fomos ao encontro.

O Sr. **Presidente**: — Mas «ouvimos» como?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Trabalho lá perto, nos exames, sabe que lá a gente ouve tudo.

O Sr. **Presidente**: — Ouviu na opinião pública que a Direcção do Comércio iria fazer a venda das chapas e contactaram o Director do Comércio e ele aconselhou-vos a fazer uma proposta por escrito?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Foi isso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, perguntas.
Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, desculpe voltar a este assunto, porque parece-me que há alguma imprecisão.

Gostaria de saudar o Sr. Leovigildo Mascarenhas e perguntar-lhe o seguinte: houve o primeiro leilão, os senhores estavam preparados para o segundo, eventualmente?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Estávamos, se houvesse decisão para isso.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Mas como é que souberam? Através da Direcção das Alfândegas ou da Direcção do Comércio? Como é que souberam que já não ia haver o segundo leilão?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — É porque no primeiro dia as pessoas que estavam lá não aceitaram o preço.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Mas não teve nenhuma comunicação a dizer que vocês participaram no primeiro leilão e como não haveria um segundo deviam apresentar uma proposta? Ninguém vos disse isso?
Das instituições do Estado, nem a Direcção das Alfândegas nem a Direcção do Comércio, nenhuma delas vos comunicou nada?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Nada.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Estranho!

O Sr. **Presidente**: — Mais perguntas, Srs. Deputados.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Leovigildo Mascarenhas, participaram no primeiro leilão e qual foi a proposta de compra em relação a cada chapa de zinco?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Foi de 200 000 dobras cada chapa.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Houve uma proposta de até 200 000 dobras cada chapa?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Sim.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Porque houve empresas que fizeram propostas de Dbs. 70 000 cada chapa. Quer dizer, pelos vistos, podiam ganhar logo no primeiro leilão, porque fizeram uma proposta muito alta, ou não?

O Sr. **Presidente**: — A base da licitação proposta pelo Estado era de 200 000 dobras. Por isso é que ninguém arrematou, tendo em conta que o preço do mercado, na altura, segundo estão informados, era inferior a 200 000 dobras.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Leovigildo Mascarenhas, só para me situar. Quer dizer que da vossa empresa não houve nenhuma proposta da Direcção das Alfândegas? Só da Direcção do Comércio, quando tomaram conhecimento? Da Direcção das Alfândegas não houve nenhum contacto?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Não houve.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Isso contradiz um pouco os documentos que temos, porque temos aqui uma proposta da Bengui dirigida à Sra. Directora das Alfândegas. Quer dizer que a Bengui não entrou no processo só com o Director do Comércio. Tenho aqui a cópia da proposta assinada pelo Director-geral, o Sr. Leovigildo da Silva Mascarenhas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Rami.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Na altura que o Sr. Mascarenhas foi para o leilão e não conseguiu arrematar as chapas, ele foi me dizer que havia uma proposta. Não sabíamos se era das Alfândegas ou do Comércio. Interessava-nos mais a compra e fazer as nossas contas. Mais tarde, começou a haver boa comunicação com a própria Direcção do Comércio. Tentámos na altura, com as Alfândegas, mas não houve nenhuma resposta. Depois dos contactos, ficámos a saber que podíamos falar com o Comércio e foi por isso que mandámos uma carta, solicitando resposta da Direcção do Comércio e fechámos o negócio.

Tratámos com as Alfândegas, mas depois foi com o Comércio, onde ficamos lesados.

O Sr. **Presidente**: — É verdade que essa nota a que o Sr. Deputado Gil fez referência foi de facto enviada à Directora das Alfândegas que, por sua vez, encaminhou à Direcção do Comércio.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Porque nos foi dito que o contacto foi com a Direcção do Comércio, já agora, não sei se podia nos precisar qual foi a primeira proposta que a Bengui fez à Direcção do Comércio.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — O preço foi de 135 000 dobras, na primeira proposta para o Comércio. Mandaram-nos avançar com uma proposta, então fizemos a nossas contas e achámos que esse valor podia ser razoável, tomando em consideração todas as despesas de armazém, carregamento, juros do banco, etc., para ter um preço razoável também no mercado.

O Sr. **Presidente**: — A primeira proposta feita através da Direcção das Alfândegas foi de 115 000 dobras, na data de 11 de Fevereiro. Depois, a vossa proposta já na fase negocial é que é de 135 000 dobras. A Direcção do Comércio, de acordo com as notas que temos, fez uma proposta de 140 000 dobras e apresentou uma contra-proposta que fica de 135 000 dobras e a compra definitiva foi de 135 000 dobras.

Uma curiosidade. Porque é que a dado momento dessa controvérsia se dizia que o produto não foi ao armazém da Direcção do Comércio, saiu directamente das Alfândegas para o vosso armazém?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Sim. Saíram directamente para os nossos armazéns.

O Sr. **Presidente**: — E relativamente à modalidade de pagamento?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Quando fomos para o banco, apresentámos a nossa proposta, mas o banco não aceitou dar crédito sem uma garantia. Apresentei a nossa garantia e o banco deu-nos logo um cheque visado de 3 mil milhões de dobras e uma garantia bancária para pagar até 2 436 990 000 000 (dois mil milhões, quatrocentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa mil dobras). De resto, porque não podíamos tirar os 5 mil milhões de uma vez, levámos os documentos para direcção e assim o Director não respondeu logo. Acertaram conforme uma garantia bancária, quer dizer, conforme o pagamento, para dar um espaço de um mês, para também fazermos um acerto com o banco de modo a tentarmos cobrir isso tudo.

O Sr. **Presidente**: — Vocês têm convosco o comprovativo do pagamento?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Pode facultar-nos uma cópia?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui** Banco Central e esta é a garantia bancária.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Essa proposta dirigida à Direcção do Comércio era para a compra exactamente de quantas chapas de zinco?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Era para 40 274 chapas de zinco.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Foi mesmo essa a quantidade comprada?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Foi mesmo essa a quantidade que comprei.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Compraram a 135 000 dobras por chapas e quanto é que venderam?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Agora estamos a vender a 220 000 dobras a grosso e se for a retalho são 230 000 dobras. Quem compra uma quantia de 10 para cima paga 220 000 dobras.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — A retalho são 230 000 dobras.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Porque tem que haver sempre dois preços. Não se pode vender uma quantia grande como se vende uma chapa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Leovigildo Mascarenhas, antes de fazer a proposta à Direcção do Comércio, logo que teve a informação, teve alguma reunião ou algum contacto com o Director de Comércio?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Foi um contacto que eu escrevi para ele.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Mesmo depois de fazer a proposta, não se dirigiu à Direcção para procurar saber qual foi a resposta?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Não.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Não teve nenhum contacto verbal com o Director de Comércio?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Não. Depois só nos encontrámos nas Alfandegas, quando ele foi fiscalizar também se de facto alguns contentores estavam correctos. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Aí é só uma questão de precisão. O Sr. Leovigildo Mascarenhas não solicitou à Directora das Alfandegas um encontro que tivesse sido realizado? Nem o senhor nem o Sr. Rami?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Não tive.

O Sr. **Presidente**: — Não houve? Só houve encontros informais ou ocasionais?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Houve encontros ocasionais lá nas Alfandegas, em que ele me perguntou se os atados estavam certos, mas que havia algumas falhas. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — É que eu falava do Director de Comércio e o Sr. Presidente agora falou da Directora das Alfandegas, mas já agora, para ficar registado, quero dizer que nem com a Directora das Alfandegas, nem com o Director do Comércio houve encontro?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Não. Quando estávamos a fazer armazenamento ele nem estava no País.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Mas essa questão da primeira proposta ainda continua a me deixar com dúvida. Quero ver isso esclarecido realmente, mas o Sr. Mascarenhas pode me explicar sinceramente como é que

surge essa primeira proposta à Directora das Alfandegas? Os dois defendem que nunca houve contacto com a Directora das Alfandegas nem proposta alguma dirigida a ela, mas aparece aqui no dossier uma proposta dirigida à Directora das Alfandegas. Como é que surgiu essa proposta?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Pode ser talvez o escriturário que enganou na coisa, mas pelo menos eu nunca tive reunião com a Directora das Alfandegas.

O Sr. **Presidente**: — O que o Sr. Deputado Gil quer provavelmente precisar é que, tendo havido leilão na primeira praça, o produto foi submetido a leilão e a norma é que na primeira praça, não havendo arrematação, haverá segunda e também uma terceira. Isto é que diz a lei. Não tendo havido a arrematação na primeira e se não houve esse contacto com nenhuma instituição pública, partiu de vós a iniciativa de propor directamente ou souberam através de alguém?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Não, partiu de nós. Ouvimos que os interessados deviam propor.

O Sr. **Presidente**: — Mas ouviu de quem?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Ouvi aí na boca, na rua. Está lá nas Alfandegas e sabe que toda gente ouviu isso.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Estive fora do País e não deu. Quando cheguei, ouvimos isso, pouco tempo depois do leilão. Acho que foi realizado muito tempo antes e achamos que toda gente pode dar propostas. Como disseram que as empresas podiam apresentar propostas, apresentamos uma por causa da primeira que foi para as Alfandegas, mas não estou a recordar disso e não tenho aqui também essa proposta. Contudo, sei que a coisa começou a ficar séria quando passou para a Direcção do Comércio. Nós quando começamos a mandar é que recebemos a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Só que há uma velha questão de cheques.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — A empresa tem primeiro, segundo e terceiro outorgantes e todos têm direito a assinar como gerentes, de acordo com os artigos 4.º e 5.º. Está muito bem, a garantia bancária foi dada à firma NOUR e não à Bengui e assim eu não sei qual é a relação que existe entre a firma Bengui e a NOUR, se é filial.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Não.

Nós tivemos uma empresa chamada Bengui Lda. formada por mim, o Sr. Mascarenhas mais um sócio francês, em 2005, e o nosso sócio é que era gerente. Eu sou sócio, tem 40%, e nunca fui director dessa empresa. Um senhor é que estava, mas por qualquer razão o negócio não estava a correr bem e decidiu ir embora. A empresa ficou para mim e o Sr. Mascarenhas e assim fizemos uma proposta só para manter essa empresa e para vermos uma boa solução para instalar isso. Quando apareceu esse negócio de chapas de zinco, decidimos também participar. Era eu e o Sr. Mascarenhas, sócios da firma. Aliás, agora nós estamos a tratar de documentos no cartório para tirar outro sócio e decidir para quem vai ficar, se para mim ou para o Sr. Mascarenhas. A firma ainda não tem gerente, porque nada ainda diz. Por isso é que dizem que eu sou gerente, mas não sou ainda legalmente. Eu e o Sr. Mascarenhas assumimos toda empresa, porque somos sócios e decidimos também fazer isso bem. Tem pouca actividade, porque somos sócios. Eu tive que dar uma garantia, por isso falei que tive que apresentar minha garantia para a empresa, porque o banco não vai dar dinheiro para a Bengui Lda. O banco não ia dar esse valor de 5 mil milhões, porque não temos ainda tanta actividade. Estávamos a fazer o negócio, mas não há actividades e o banco não aceitou dar o valor à empresa. Pedi a garantia de bens e assim eu dei a minha casa como garantia ao banco para darem o dinheiro a favor da Bengui Lda.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Por um lado, para avançar com a proposta, a Bengui seria uma firma ideal, mas para garantia bancária é a NOUR é que teria direito.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Não é NOUR. É Rami Ali. Eu é que dei o meu bem que não pertence à NOUR e depois nessa altura decidimos que a Bengui continuaria, porque é a nossa empresa e não temos outra sociedade, mas Rami é que deu a garantia desse dinheiro ao banco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Já agora, surge-me uma questão que devo colocar.

O Sr. Rami acabou de explicar que o Banco não aceitou e nem aceitaria dar à Bengui o empréstimo no valor de 5 mil milhões e como comerciante que é já tinha a consciência de que a empresa não tinha operações suficientes ou fluxo de negócio suficiente, ou seja, de antemão, sabia que a Bengui não tinha esse dinheiro. Então, o que é que motivou a empresa a concorrer para a compra das chapas, propondo um valor que não tinha? Porque é que não foi a NOUR a concorrer para a compra das chapas e foi Bengui, uma empresa sem capital?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Quando o leilão foi realizado, quem representou a nossa empresa é o Sr. Mascarenhas.

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — A primeira pressão foi minha.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Eu não estava cá. O Sr. Mascarenhas é que foi às Alfandegas e foi ele que informou primeiro que havia leilão e que queria ir ver. Então, eu lhe disse para ir lá ver e assim, quando começou, decidimos manter a nossa proposta. Eu como sócio da empresa tive essa iniciativa para dar uma mão, para essa empresa crescer um bocado. Sei que é uma coisa segura, porque é uma mercadoria que não pode estragar e está lá. Então decidi pagar para a Bengui, para fazermos com que a sociedade cresça um bocadinho, porque a Bengui estava parada há um bocado de tempo. Como disse, há um sócio que foi embora e desde essa altura até agora não decidimos o que é que podemos fazer. Para mim, a NOUR e a Bengui é a mesma coisa. Eu não vejo nenhum outro problema para não ajudar a minha outra empresa, mas sou eu pessoalmente que dei garantia ao banco para dar esse dinheiro à Bengui Lda.

O Sr. **Presidente**: — Pode parecer que ficou claro, mas no ponto de vista estamos a querer clarificar uma questão. É que não é o Sr. Rami sócio da Bengui que avançou o dinheiro. É uma outra empresa, a NOUR. O Sr. Rami pode ser sócio, gerente ou dono da NOUR, mas não é o Sr. Rami sócio da Bengui que entrou. Portanto, qual foi esse mecanismo? Qual foi o procedimento que a NOUR fez para que seja o avalista da Bengui?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — É que a Bengui está a funcionar, mas na minha parte a coisa estava muito fragilizada financeiramente. Então, eu quis e aliás pressionei, dizendo: «Épa, temos que movimentar Bengui. A Bengui não pode estar parada. Meta o dinheiro e depois a gente vai ver o que é que vai fazer mais tarde.»

É isso que aconteceu.

O Sr. **José Viegas (MLSTP/PSD)**: — Bengui não tinha rola?

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — A intenção de ajudar não está posta em causa, porque infelizmente os são-tomenses não têm capital. Estamos a querer esclarecer que é uma empresa em que os Srs. Mascarenhas e Rami são sócios. O Sr. Rami tem uma outra sociedade que é a NOUR. O que queremos saber é qual foi o procedimento utilizado para que seja a NOUR o avalista, não sendo ela parte do negócio? Porque a NOUR não é parte do negócio, não é?

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — Não é.

O Sr. **Presidente**: — Qual foi o procedimento para que o banco desse à NOUR 3 mil milhões ou 5 mil milhões...

O Sr. **Director-geral da Bengui**: — São 5 mil milhões, mas é só na pessoa do Rami.

O Sr. **Presidente**: — 5 mil milhões para avaliar a Bengui, na qual ele é sócio. Portanto, eu quero saber o procedimento, porque se fosse o Rami em pessoa não haveria problema. Ele é sócio, mas o capital não é do Rami. É capital da NOUR, uma outra sociedade.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Mesmo aqui na garantia bancária por a caso eles submeteram a sociedade, mas quem deu garantia sou eu Rami Ali. Não tem nada a ver com a NOUR. Não é a NOUR Lda que apresentou o valor. Mesmo podem ver no cheque visado que foi pago. Era simplesmente da conta de Rami Ali.

Agora, como a Bengui não tinha conta bancária movimentada, eles fizeram isso. Mesmo na garantia bancária, quando fizeram para o banco, puseram a sociedade, mas eu não sei porque é que fizeram isso.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, é Rami e não a NOUR.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Não. É Rami que fez. Mesmo agora, para a garantia disso, se você for procurar no banco, está o meu bem pessoal. A casa está em meu nome e não está em nome da empresa e o cheque visado foi feito em meu nome.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Não é isso que está na garantia.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Quando fizeram a garantia bancária, eu não sei porquê que me meteram isso, mas o dinheiro saiu da conta do Rami Ali. Mesmo o cheque visado foi depositado em nome de Rami e o bem que foi entregue ao Banco é do Rami. Não era nada da NOUR. Não sei porque é que fizeram isso aqui. Mas essa forma que foi feito para nós não era muito importante, porque o banco só está a garantir que a nossa empresa vai pagar para o Comércio o valor de 2 436 990 000 000 00 (dois mil milhões, quatrocentos e trinta e seis milhões e novecentos e noventa mil dobras). O dinheiro foi tirado na minha conta pessoal, até podem pedir o estrato ao banco. A minha casa que está em meu nome está em causa até a dívida acabar. A NOUR Lda. não tem nada a ver com isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Uma coisa que me levantou dúvida, Sr. Rami, é que a garantia bancária foi dada ao banco, muito bem, mas só que o dinheiro caiu na conta do Estado, no Tesouro Público, a faltar 2 dias para acabar a garantia bancária. O senhor sabe ou pode me dizer alguma coisa sobre isso?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Nós pagamos 3 mil milhões e faltava outro. Foi até o prazo que estava lá na garantia. Foi pago antes da data limite. Quer dizer, não pode ser ultrapassado o limite, mas podemos pagar 5 dias ou 1 mês antes, ou 1 mês a menos, mas o limite era de 90 dias para pagar esse valor e foi pago directamente.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Quer dizer que cumpriu o prazo?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Sim. Cumprimos o prazo. Pagámos antes de 90 dias.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Não. Eu disse que cumpriram o prazo, mas só que o banco deu garantia e pagou ao Estado, quando faltavam 2 dias para acabar a garantia. Mas se não sabe nada não convém dizer.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Mas qual é o problema? Quando a garantia é para 90 dias, é para 90 dias. Agora, se se paga 89, 87, ainda é melhor. O banco não pode ultrapassar 90 dias. Era garantia de 90 dias e nas Alfandegas fazemos a mesma coisa. Quando há muita carga, apresentamos garantia bancária para 90 ou 60 dias. E antes disso as Alfandegas mandam garantia para o banco, para saber. Por isso, a garantia é para garantir o nosso negócio e para pagar nesse prazo. Não pode ultrapassar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Rami Ali e o Sr. Leovigildo Mascarenhas, há mais alguma questão que eventualmente queiram nos acrescentar como informação? Não sendo o caso, queremos agradecer a vossa presença.

Daquilo que aqui ouvimos, podemos fazer uma tentativa de uma síntese.

Quero dizer-vos que toda a nossa audiência está gravada. Esta é uma prática aqui na Assembleia, os inquéritos das nossas sessões parlamentares são gravados e fica um registo aqui. Vamos produzir depois uma acta que vos será submetida para leitura e correcção daquilo que vocês acharem que não foi dito e que eventualmente a gente pôs. Essa acta será depois assinada por vós e por nós e vai fazer parte do processo. Dessa acta podemos concluir que os senhores são sócios da firma Bengui. A firma Bengui tomou conhecimento e participou no leilão de venda de chapas de zinco e essas chapas, numa primeira praça, não foram arrematadas, porquanto o preço de licitação de base era superior ao preço de mercado posteriormente, tendo tomado conhecimento de que poderiam apresentar e que aqui é bom sublinhar que disseram que não tomaram conhecimento através de nenhuma entidade pública. Ouviram a falar disso e tomaram a iniciativa de apresentar uma proposta à Direcção das Alfandegas e essa proposta foi submetida à Direcção do Comércio. Depois disso, vocês trocaram várias correspondências com a Direcção do Comércio, no sentido de chegarem a um acordo sobre um preço que deveriam apresentar, tendo finalmente recebido o beneplácito da Direcção do Comércio de que a vossa proposta de 135 mil por chapas teria sido aceite.

Feito isto, ficaram a aguardar que vos fossem comunicadas outras orientações. Essas orientações vieram posteriormente e foram comunicadas de que viriam fazer o pagamento através de uma conta especial e, porque o montante era extremamente elevado e não dispo de uma firma Bengui do valor, o Sócio Rami fez recurso de algum capital seu e através de uma outra empresa sua também junto do banco, para encontrar o crédito necessário para financiar o desfecho final da venda. Esse crédito foi posto à disposição da Bengui,

uma garantia bancária e um crédito suportado pelo Sr. Rami, que afirmou ter suportado pessoalmente esse valor e pagou-se à Direcção do Comércio, através de uma conta especial no Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Terminados esses expedientes, a Bengui foi confrontada com a necessidade de um pagamento adicional à ENAPORT ou às Alfandegas?

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — A Direcção das Alfandegas exigiu um pagamento. Houve uma negociação entre o Director do Comércio e da ENAPORT e eles pediram no momento do levantamento. Quem exigiu 44 milhões foi a Direcção das Alfandegas. Foi um despacho.

O Sr. **Presidente**: — Após isso todo o processo correu normalmente e a venda ao público teve dois critérios em chapas vendidas a grosso 220 mil dobras e a retalho 230 mil dobras.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Porque nós quando fizemos a proposta, fizemos uma estimativa de venda dessas chapas, que vai levar pelo menos de 1 ano e seis meses até 2 anos. Tudo depende da disponibilidade de chapas de zinco de outros concorrentes. Então fizemos conta de todas despesas com o levantamento, tirar dos armazéns e disse que até 2 anos pagaremos o juro. É por isso que estabelecemos esse preço, para termos um bocadinho de lucro.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente ao financiamento da Bengui pela NOUR, também ficou esclarecido pelo Sócio-gerente da NOUR que o valor disponibilizado não era da sociedade, mas do Sócio-Gerente Rami, não obstante a garantia bancária ter sido passada em nome da NOUR. Contudo, é bom sublinhar, Sr. Rami, que o que conta aqui nesta questão de garantia bancária é que o banco passou que é a NOUR.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — Mas o primeiro cheque que o banco passou era visado e era esse mesmo crédito.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem que ter cuidado com o banco quando faz isso. Se a garantia bancária é pessoal, não pode estar em nome da sociedade.

O Sr. **Sócio-gerente da Bengui**: — É isso.

Vou ver essa questão ainda com o banco, porque sei que em 160% o dinheiro foi debitado na conta do Rami Ali e a garantia que têm é do Rami e não tem nada a ver com a NOUR.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, se não há mais questões, meus caros, hoje é quinta-feira, vamos ver se o nosso amigo, juntamente com os técnicos e com a gravação conseguem nos prontificar essas actas, para nos reunirmos na próxima semana, entre a quarta, quinta e a sexta-feira.

Aos senhores queremos agradecer pela presença e pedimos desculpa por esse incómodo, mas estamos a cumprir uma missão que nos foi incumbida e queremos fazê-la com toda clareza necessária. Caso se torne necessário, voltamos a chamar-vos e queremos pedir-vos que nos compreendam, para podermos clarificar isso.

Muito obrigado e bom almoço.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 15 minutos.